



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 07/2022
PROCESSO 23479.009502/2021-18

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ — UNIFESSPA E O MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, PARA OS FINS ORA ESPECIFICADOS.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ — UNIFESSPA**, entidade autárquica, criada pela Lei Federal nº 12.824, de 5 de junho de 2013, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.657.063/0001-80, com sede na Folha 31, Quadra 7, Lote Especial, s/n, bairro Nova Marabá, Marabá - PA, neste ato representado pelo seu reitor, **FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA**, nomeado pelo Decreto de 15 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2020, Seção 2 – Edição Extra, página 1, portador do CPF nº 376.392.262-87; e o **MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS**, com sede na Quadra Especial s/n Beira Rio, Parauapebas - PA, inscrito no CNPJ/MF nº 22.980.999/0001-15, neste ato representado pelo seu prefeito municipal, **DARCI JOSÉ LERMEN**, portador do registro geral nº 3988222 e CPF nº 441.755.230-49, **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, tendo em vista o que consta do Processo 23479.009502/2021-18 e em observância às disposições da Lei nº 8666/1993 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é a **realização de ações de ensino, pesquisa e extensão no município de Parauapebas, com oferta de formação acadêmico-profissional inicial e continuada, almejando enfrentar as desigualdades socioeconômicas, respeitando e valorizando a diversidade social, cultural e étnica, reconhecendo formas sustentáveis de aproveitamento da natureza e produzindo conhecimentos científicos, pedagógicos e políticos que subsidiem o planejamento de políticas públicas municipais voltadas a garantias de direitos, inclusão social e desenvolvimento regional**, a ser executado conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho em anexo.

CLAÚSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

CLAÚSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

Para a consecução do objeto pactuado, os partícipes comprometem-se a:

- a) elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;
- b) executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- c) designar, representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Acordo;
- d) responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;
- e) analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- f) cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- g) realizar vistorias em conjunto, quando necessário;

Racelia

[Assinatura]



- h) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- i) permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;
- j) fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- k) manter sigilo das informações sensíveis, conforme classificação da Lei nº 12.527/2011- Lei de Acesso à Informação – LAI, obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes; e
- l) obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

Subcláusula única – As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA UNIFESSPA

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da UNIFESSPA:

1. Planejar e estabelecer as diretrizes de caráter acadêmico e administrativo necessárias à realização das ações de ensino, pesquisa e extensão a partir das demandas apresentadas pela Prefeitura de Parauapebas, em consonância com escuta prévia das comunidades;
2. Fornecer corpo técnico necessário para desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão no âmbito das ações demandadas;
3. Fornecer tempestivamente à Prefeitura de Parauapebas todas as informações necessárias ao desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão correspondentes às ações realizadas;
4. Colaborar com a Prefeitura de Parauapebas na realização de consultas prévias, livres e esclarecidas junto às comunidades indígenas, demais comunidades tradicionais e povos do campo do município que sejam afetadas pelas ações demandadas pela Prefeitura;
5. Ofertar Cursos de Graduação e Pós-Graduação mediante celebração de instrumentos próprios;
6. Propiciar o engajamento de professores, técnicos administrativos e discentes nas atividades de Pesquisa, Ensino e Extensão a serem desenvolvidas no âmbito das ações desenvolvidas no âmbito das ações executadas, via este ACT, mediante celebração de instrumentos próprios;
7. Realizar as ações necessárias para a execução do objeto deste ACT mediante financiamento integral por parte da Prefeitura de Parauapebas/PA, que executará as atividades previstas no presente Acordo através de execução direta ou por meio da celebração de instrumentos próprios junto à Fundações de Apoio;
8. Executar o objeto deste ACT por meio de ações desenvolvidas no âmbito de três Grupos de Trabalho Interdisciplinares (GTI): 1) GTI Formação de professores, educação, língua e cultura; 2) GTI Gestão, estudos socioeconômicos, saúde e demografia; 3) GTI Território e dinâmicas ambientais, os quais serão geridos por uma Coordenação Geral;
9. Organizar os Grupos de Trabalho Interdisciplinares de forma a coordenar e executar atividades de pesquisa, extensão e em áreas afins, visando atender demandas da sociedade local, melhorando a qualidade de vida e as condições socioeconômicas da população. No escopo de cada Grupo de Trabalho Interdisciplinar poderá haver oferta de cursos de graduação e pós-graduação que deverão ser ordenados mediante instrumentos próprios;
10. Implementar o funcionamento dos Grupos de Trabalho Interdisciplinares mediante a execução de ações básicas de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como relacionadas à aquisição de equipamentos.

Reucélia



CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS/PA

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS/PA:

1. Criar e financiar programa de bolsas destinado ao fomento de atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem executadas no âmbito deste ACT;
2. Fornecer tempestivamente à Unifesspa todas as informações necessárias ao desenvolvimento das atividades de Ensino, pesquisa e extensão vinculadas às ações previstas neste ACT;
3. Realizar consultas prévias, livres e esclarecidas junto às comunidades indígenas, comunidades tradicionais e povos do campo do município que sejam afetadas pelas ações demandadas pela Prefeitura;
4. Fornecer infraestrutura necessária à realização das ações de ensino, pesquisa e extensão na sede do município, nas comunidades indígenas, comunidades tradicionais e povos do campo onde as ações previstas neste ACT serão realizadas;
5. Financiar a aquisição de bens de custeio e capital necessários à realização das ações que viabilizem a concretização do objetivo deste ACT, mediante celebração de convênio específico. Após o término deste ACT os bens de capital deverão ser incorporados ao patrimônio da UNIFESSPA;
6. Todas as atividades deverão ser realizadas conforme estabelecido em cronograma de implantação descrito em planos de trabalho específicos de cada convênio a serem firmados e seus anexos.

CLÁUSULA SEXTA - DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

No prazo de 30 dias a contar da celebração do presente acordo, cada partícipe designará formalmente, mediante portaria, preferencialmente servidores públicos envolvidos e responsáveis para gerenciar a parceria; zelar por seu fiel cumprimento; coordenar, organizar, articular, acompanhar monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste.

Subcláusula primeira. Competirá aos designados a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

Subcláusula segunda. Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 10 dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações pelos mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

Lucélia



CLÁUSULA NONA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será de **60 (sessenta) meses** a partir da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DIREITOS INTELECTUAIS

Os direitos intelectuais, decorrentes do presente Acordo de Cooperação, integram o patrimônio dos partícipes, sujeitando-se às regras da legislação específica. Mediante instrumento próprio, que deverá acompanhar o presente, devem ser acordados entre os mesmos o disciplinamento quanto ao procedimento para o reconhecimento do direito, a fruição, a utilização, a disponibilização e a confidencialidade, quando necessária.

Subcláusula primeira. Os direitos serão conferidos igualmente aos partícipes, cuja atuação deverá ser em conjunto, salvo se estipulado de forma diversa.

Subcláusula segunda. A divulgação do produto da parceria depende do consentimento prévio dos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO ENCERRAMENTO

O presente acordo de cooperação técnica será extinto:

- a) por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- b) por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 dias;
- c) por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- d) por rescisão.

Subcláusula primeira. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 dias, nas seguintes situações:

- a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação; e
- b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A Unifesspa providenciará a publicação deste Acordo, em extrato, no Diário Oficial da União, que é condição indispensável para sua eficácia, conforme estabelece o parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666, de 1993.

Subcláusula única – Os demais partícipes integrantes da Administração Pública, das esferas estadual e municipal, deverão providenciar as publicações nos diários oficiais respectivos, quando disponíveis.

Assinatura

Assinatura



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 60 dias após o encerramento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria.

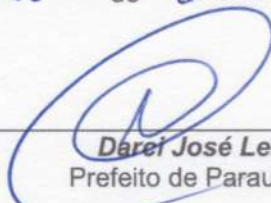
Subcláusula única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação o foro da Justiça Federal da 1ª Região, Subseção Judiciária de Marabá, Estado do Pará, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

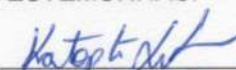
E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos representantes dos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.


Marabá, PA, 16 de maio de 2023


Francisco Ribeiro da Costa
Reitor da Unifesspa


Darel José Lermen
Prefeito de Parauapebas

TESTEMUNHAS:


CPF: 004.002492-60
RG: 6573093


CPF: 851.636.862-91
RG: 4831110



Emitido em 16/05/2023

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 5/2023 - NUADE (11.70)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/05/2023 15:30)

KARLA LEANDRO RASCHE

COORDENADOR GERAL

3045936

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifesspa.edu.br/documentos/> informando seu número: **5**, ano: **2023**, tipo: **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, data de emissão: **22/05/2023** e o código de verificação: **f469e83ecc**